



Confrontando o Território com a Desigualdade Socioespacial da cidade de São Luís-MA/Brasil

Júlia Kátia Borgneth Petrus

ADVERTIMENT. La consulta d'aquesta tesi queda condicionada a l'acceptació de les següents condicions d'ús: La difusió d'aquesta tesi per mitjà del servei TDX (www.tdx.cat) ha estat autoritzada pels titulars dels drets de propietat intel·lectual únicament per a usos privats emmarcats en activitats d'investigació i docència. No s'autoritza la seva reproducció amb finalitats de lucre ni la seva difusió i posada a disposició des d'un lloc aliè al servei TDX. No s'autoritza la presentació del seu contingut en una finestra o marc aliè a TDX (framing). Aquesta reserva de drets afecta tant al resum de presentació de la tesi com als seus continguts. En la utilització o cita de parts de la tesi és obligat indicar el nom de la persona autora.

ADVERTENCIA. La consulta de esta tesis queda condicionada a la aceptación de las siguientes condiciones de uso: La difusión de esta tesis por medio del servicio TDR (www.tdx.cat) ha sido autorizada por los titulares de los derechos de propiedad intelectual únicamente para usos privados enmarcados en actividades de investigación y docencia. No se autoriza su reproducción con finalidades de lucro ni su difusión y puesta a disposición desde un sitio ajeno al servicio TDR. No se autoriza la presentación de su contenido en una ventana o marco ajeno a TDR (framing). Esta reserva de derechos afecta tanto al resumen de presentación de la tesis como a sus contenidos. En la utilización o cita de partes de la tesis es obligado indicar el nombre de la persona autora.

WARNING. On having consulted this thesis you're accepting the following use conditions: Spreading this thesis by the TDX (www.tdx.cat) service has been authorized by the titular of the intellectual property rights only for private uses placed in investigation and teaching activities. Reproduction with lucrative aims is not authorized neither its spreading and availability from a site foreign to the TDX service. Introducing its content in a window or frame foreign to the TDX service is not authorized (framing). This rights affect to the presentation summary of the thesis as well as to its contents. In the using or citation of parts of the thesis it's obliged to indicate the name of the author.



UNIVERSITAT DE BARCELONA



Programa de Doctorado
Geografía, Planificación Territorial y Gestión Ambiental

**CONFRONTANDO O TERRITÓRIO COM A DESIGUALDADE
SOCIOESPACIAL DA CIDADE DE SÃO LUÍS-MA/BRASIL**

Tesis Doctoral presentada por
JÚLIA KÁTIA BORGNETH PETRUS

Director de la Tesis: **DRA. ISABEL PUJADAS RÚBIES**

Barcelona – Espanha

Inverno/2013

CAPÍTULO VI

O TERRITÓRIO PRODUZ A POBREZA OU A POBREZA PRODUZ O TERRITÓRIO?

Las personas no se les debe permitir llegar a ser tan pobres como para ofender o causar dolor a la sociedad. No es tanto la miseria o los sufrimientos de los pobres sino la incomodidad y el costo para la comunidad lo que resulta crucial para esta concepción de la pobreza. La pobreza es un problema en la medida en que los bajos ingresos crean problemas para quienes no son pobres". La única crítica que le formula Amartya Sen a M. Rein es la siguiente: "Es difícil reducir más a los seres humanos a la categoría de medios"

Rein apud Sen (1992, p. 310)

Esta pergunta quiçá tem múltiplas respostas, ou mesmo nenhuma, pela complexidade do tema, onde muitos estudiosos autores ponderam ou radicalizam em suas obviedades. Aqui se aborda um conjunto de pensamentos para reverberar estes pontos. Também será averiguado de forma mais tímida o Capitalismo, a Globalização e a relação desta com a pobreza e os territórios excluídos.

E para trazer à luz a pergunta deste capítulo tratou-se de constituir os diferentes conceitos de pobreza, de desigualdade social, de exclusão social e demonstrar a relação do território com a pobreza e os seus diversos cognomes.

Existe uma ampla literatura publicada sobre o tema, mas não existe um conceito unívoco e suficientemente preciso de pobreza, Incluso percebe-se que os conceitos poderão estar afetados por fatores econômicos, sociais, religiosos, culturais, etc. Contudo, apesar de haver várias definições verificou-se que, no todo, há conformidade nos significados, mesmo não sendo sinônimos. De todo modo, a diferenciação fará com que se utilizem as referidas palavras de forma que correspondam os significados no contexto. A partir de aí perceber os espaços urbanos segregados como desagregador, reforçando as desigualdades sociais.

Espera-se que este capítulo sirva de referência para reflexões de um dos principais desafios de ordem humana, ética, social e política, que devem incidir na construção de uma população com direitos garantizados a bens e serviços, dando sentido a vida humana tanto individual como coletiva.

6.1 Pobrezas e suas medidas

No século XX três enfoques foram desenvolvidos sobre o conceito de pobreza: sobrevivência, necessidades básicas e privação relativa.

No século XIX e até a década de 50 do século XX, a perspectiva de sobrevivência prevaleceu, e teve origem na Inglaterra, com trabalhos de nutricionistas que apontavam a renda dos mais pobres não suficiente para sua manutenção. Dai surgiram políticas públicas assistencialistas. A sua principal finalidade era manter o indivíduo em um nível de sobrevivência, esse modelo foi alvo de inúmeras críticas.

A partir dos anos 70 emergiram novas demandas como água potável, esgoto, saúde, educação, ócio, com isso, emerge a necessidade básicas, onde as famílias deveriam ter além das demandas citadas, um mínimo para o consumo de uma família.

Mais adiante, o conceito de pobreza ganhou a terceira dimensão, em uma perspectiva mais rígida e confirmando o aspecto social; que é a privação relativa. Por conseguinte, considera-se que sair da linha de pobreza exprime: “um regime alimentar adequado, um certo nível de conforto, o desenvolvimento de papéis e de comportamentos socialmente adequado” como bem foi expressado por Crespo e Gurovitz, (2002, p. 5). Ao reverso, o Consenso de Washington, aproveitando essa nova abordagem da pobreza, com um conjunto de medidas de créditos para promover o "ajustamento macroeconômico" dos países em desenvolvimento que passavam por dificuldades, assim, entenderam que “o bom funcionamento dos mercados, as economias se tornariam prósperas, e a riqueza gerada acabaria por beneficiar os pobres” (CRESPO e GUROVITZ, 2002, p. 5). Assim, entende-se que a meta primordial da Economia consiste na melhoria de vida das pessoas, não atingindo essa meta, se pode decretar a separação entre a ética e a economia, levando-se em conta que o século XXI começa com números alarmantes de pobres, por conseguinte excluídos, 2.800 milhões de pessoas. Atualmente, 200 milhões de pessoas pobres e 80 milhões em estado de indigência se encontram na América Latina.

Entende-se com mais clareza as diferentes pobrezas ou diferentes conceitos de pobrezas, bem como a dependência que esta causa às pessoas nesse estado, mesmo sabendo que não há um único conceito de pobreza. A saber:

No existe una definición de pobreza clara e inequívoca, ni tampoco un método universal e indiscutible para medirla. Sin duda alguna, el concepto de pobreza está asociado al de bienestar: se considera pobre a aquella persona cuyas disponibilidades no alcanzan un nivel de bienestar mínimo. Según el Consejo de Europa (1984) “se consideran pobres aquellas personas, familias o grupos de personas a quienes las limitaciones de sus recursos, culturales, materiales y sociales, excluye del tipo de vida mínimo considerado aceptable en el estado miembro en que residan”. (PUJADAS E MENDIZÁBAL, 2002, p.83).

- **Pobreza como insuficiência de renda** – Carência de renda necessária para aquisição de bens e serviços básicos para viver. Um dos conceitos de pobreza mais difundido é o produzido pelo Banco Mundial, que mensura a pobreza com base

na renda per capita, onde as pessoas em estado de pobreza extrema sobrevivem com menos de U\$1 dólar ao dia, e U\$2 dólares ao dia para os que estão na linha de pobreza⁷⁶. Entretanto, o Banco Mundial diante de alguns fracassos em suas estratégias de diminuir a pobreza, reconhece que a pobreza vai além dos números, e da assistência social, então, tenta “promover oportunidades, facilitar a autonomia e aumentar a segurança dos pobres” (Banco Mundial, 2002:06). O conceito de pobreza se estende e é observado outros fatores. Conforme o relatório sobre o desenvolvimento mundial: *Luta contra a pobreza de 2000/2001*(2002, p.12) “A estratégia apresentada neste relatório reconhece que a pobreza é mais do que renda ou desenvolvimento humano inadequado; como também vulnerabilidade, falta de voz, poder e representação”.

- **Cesta Básica Alimentar (CBA)**⁷⁷ – É considerado o custo de uma cesta básica de alimentos, que varia de país para país com os requisitos mínimos nutricionais por adulto e diferença de preços⁷⁸. No entanto, há que se considerar a Cesta Básica Total que insere outros bens que não são alimentos, mas de extrema necessidade para a vida, como vestuário, habitação, transporte, educação, saúde e etc. A satisfação da CBA em muitos lares e regiões não necessariamente dará acesso às necessidades citadas.

- **Pobreza como Necessidades Básicas Insatisfeitas (NBI)**⁷⁹ – Entende-se pobreza como um fenômeno multidimensional, ou seja, pobres nas muitas áreas de vida, sobretudo privação de acesso aos serviços públicos, portanto, são

⁷⁶ No estudo denominado *Pobreza no Mundo*, originado do Banco Mundial em 1990-1991, utilizou-se a linha de pobreza –LP para as pessoas com renda *per capita* ao ano de U\$370 dólares e linha de pobreza extrema – LPE para as pessoas com renda *per capita* ao ano de U\$275 dólares, considerando qualquer região do mundo e período

⁷⁷ O método de Cesta Básica de Alimentos é desenvolvido pela CEPAL e PNUD

⁷⁸ O cálculo do CBA se dá com a utilização do coeficiente de Engel, que se define como a relação entre os gastos com alimentação, os gastos totais, conforme a população de referência: Coef. de Engel = Gastos com alimentação / Gastos totais). A cada período se atualizam tanto o numerador como o denominador do coeficiente de Engel com a variação relativa ao Índice de Preços ao Consumo.

⁷⁹ Esse método é mais utilizado na América Latina e foi desenvolvido pelo Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento –BID que em 1970 entenderam como insuficiente o capital somente físico e infraestrutura para impulsionar o desenvolvimento. No Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1980, mostra que a necessidade de educação e saúde é fundamental para aumentar a renda da população pobre.

considerados pobres os domicílios que não tem acesso a saneamento básico, a educação, a saúde, ao transporte, moradia digna, além, obviamente da carência de renda. Destarte, considera-se a pobreza como produto da desigualdade no consumo e acesso aos serviços públicos.

Neste mesmo raciocínio há muitos outros conceitos de pobreza, a exemplo de **Pobreza como insuficiência de renda e necessidades insatisfeitas** – tem como complemento aos outros tipos de pobreza citados, o qual levará em conta as carências que afetarão determinado grupo ou população. Katzman *apud* Maya e Herrera (2001, p. 40) se refere a quatro categorias de pobreza: pobres abaixo da linha de pobreza; pobres por necessidades básicas insatisfeitas; pobres pelos dois métodos e os que não são pobres abaixo da linha da pobreza e nem pobres por necessidades básicas insatisfeitas, Maya y Herrera (2001, p. 40) sintetiza como:

a) Pobreza crônica – pessoas ou grupos que têm pelo menos uma necessidade básica insatisfeita e que sua renda está abaixo da linha de pobreza. Por essas pessoas ou grupos entende-se que sofrem de uma pobreza permanentemente duradoura;

b) Pobreza recente – pessoas ou grupos que têm necessidades básicas insatisfeitas e seus ingressos estão abaixo da linha de pobreza, porém, possuem mecanismos que podem tirá-los da pobreza. Nesse caso supõe-se que os danos causados em suas vidas são recentes, mas que se persistir pode se tornar crônica;

c) Pobreza inercial – são famílias que têm sua renda acima da linha de pobreza, no entanto, expressam necessidades básicas insatisfeitas, como educação, saúde, etc.

d) Não pobreza – não estão nos perímetros de pobreza segundo os conceitos estabelecidos para a pobreza.

- **Pobreza e Indissolubilidade da política econômica e social** – Com a evolução dos conceitos sobre pobreza, chegam à conclusão de que não há como separar uma pobreza de outra (pobreza econômica da pobreza social). O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) diz que existe uma única cara, que é a do desenvolvimento do homem e da sociedade, para que as pessoas tenham uma vida digna e ser capaz de contribuir para o progresso. E seu principal logro é que haja uma reforma econômica, com foco no social, sendo uma imprescindível da outra. Explicando-se melhor: não bastarão pacotes econômicos voltados para erradicar ou

minimizar a pobreza se não houver melhores condições na educação pública, na saúde pública, um governo sem corrupção, ou seja, investir em uma reforma justa e igualitária de educação, saúde, saneamento básico, um sistema jurídico de proteção aos direitos humanos, enfrentamento da corrupção. O Relatório sobre Desenvolvimento Mundial: Luta contra a Pobreza 2000-2001 (p.12).

reconhece que a pobreza é mais que renda ou desenvolvimento humano inadequado; é também vulnerabilidade e falta de voz, poder e representação. Esta visão multidimensional da pobreza aumenta a complexidade das estratégias de redução da pobreza, porque é preciso levar em conta outros aspectos, como os fatores sociais e as forças culturais.

A pobreza tem muitas dimensões, e para ser mais simplista pode-se dizer que há dois tipos de pobreza, a absoluta e a relativa. A **pobreza absoluta** está diretamente relacionada ao dinheiro, e faz uma generalização da pobreza no mundo, quando estabelece, por exemplo, que todas as pessoas do mundo que tem um dólar ou menos por dia são pobres.

E a **pobreza relativa** se difere bastante, pois está relacionada com o lugar em que se encontram as pessoas, com o que ali são valorados, isto é, o que é importante para cada pessoa, para cada comunidade, agora, não mais se medindo a pobreza por valores monetários; assim, inclui vários fatores para avaliar o nível de pobreza de cada sociedade, levando em conta sua cultura, religião, etc. Peter Townsend (1974, p.25-26-36) *apud* Amartya Sen (1998, p.4)⁸⁰, quando se refere aos conceitos de pobreza, define:

El concepto de privación relativa se ha utilizado con buen fruto para analizar la pobreza, sobre todo en la literatura sociológica. Ser pobre tiene mucho que ver con tener privaciones y es natural que, para un animal social, el concepto de privación sea relativo. Si embargo, en el término privación relativa están contenidas, al parecer, nociones distintivas y diversas.

Por otra parte, la elección de las condiciones de privación no puede ser independiente de los sentimientos de privación. Los bienes materiales no se pueden evaluar, en este contexto, sin una referencia a la visión que la gente tiene de ellos; incluso si los sentimientos no se incorporan de manera explícita deben desempeñar un papel implícito en la selección de los atributos.

⁸⁰ Texto disponível na página da web da Universidade de Málaga em: <http://www.uv.es/=atortosa/sen-pobreza.htm>

Pujadas e Mendizàbal definem as duas pobreza de forma simples. Por eles entende-se que mesmo a pobreza relativa, envolvendo outros fatores que não são monetários, sendo que a pobreza absoluta leva a outra pobreza, a relativa.

Se puede y suele diferenciar la pobreza absoluta y la pobreza relativa. La primera se identifica con un nivel de vida muy bajo que impone privaciones o carencias esenciales a los que la sufren. La segunda se basa en términos comparativos con los niveles de vida medios de la población de referencia y consiste en la exclusión de la participación de un determinado nivel de vida para el que se requiere, entre otras condiciones, un nivel de renta mínimo (2002, p.83).

Portanto, não ser pobre envolverá um conjunto de elementos que conduz à melhoria da qualidade de vida, que pode variar de cada país, cada região, cada sociedade, cada pessoa. Sen afirma que a pobreza não é somente falta de renda, como também não se pode dizer que são pobres aqueles que não estão com suas necessidades básicas satisfeitas. Ele pontua como exemplo uma pessoa que, por sua livre e espontânea vontade, decide fazer uma greve de fome. Aí se encontra uma pessoa que não tem uma de suas necessidades básicas satisfeitas, porém, pode não ser pobre. As preferências poderão ser manipuladas, dependendo de cada oportunidades que a sociedade oferece. “La pobreza es ante de todo falta de liberdade para llevar adelante los planes de vida que una persona tiene razones para valorar” Cortina (2009, p.19). Então, nesse contexto, é pobre aquele que não poderá desenvolver um projeto de vida racionalmente. Mas deve-se ter em conta a preocupação de Berlin (1974, p. 153) quando refere a fábula da raposa e as uvas verdes.

La doctrina que sostiene que tengo que enseñarme a mí mismo a no desear lo que no puedo tener y que un deseo eliminado o refrenda con éxito es tan bueno como un deseo satisfecho, es una doctrina sublime; pero a mí me parece, sin temor de errar, que es una forma de la doctrina que enseña la fábula de la zorra y las uvas verdes⁸¹: no puedo querer verdaderamente aquello de lo que no puedo estar seguro.

Assim, faz-se uma análise das ideias de Amartya Sen, prêmio Nobel de Economia em 1998, por sua contribuição teórica para um novo entendimento dos conceitos de pobreza, miséria, fome, bem-estar social, assim como associa a

⁸¹ Certa raposa matreira, que andava à toa e faminta, ao passar por uma quinta, viu no alto da parreira um cacho de uvas maduras, sumarentas e vermelhas. Ah, se as pudesse tragar! Mas lá naquelas alturas não as podia alcançar. Então falou despeitada: - Estão verdes essas uvas. Verdes não servem pra nada! (fábula de la zorra y las uvas verdes de Jean de La Fontaine).

pobreza com as capacidades, onde as capacidades de um indivíduo são tolhidas pelo sistema. A abordagem das capacidades deu origem a um novo indicador multidimensional, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado em 1990 pelo PNUD, que mensura a capacidade de desenvolvimento do ser humano.

Sen crítica a forma de medir-se a riqueza de um país. O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) não é suficiente para que um país se desenvolva. Uma nação deve buscar alternativas de inclusão social para as pessoas, para os grupos em estado de vulnerabilidade, dando uma especial atenção, levando em conta o espaço geográfico, condições sociais, ou seja, características e circunstâncias de cada indivíduo, de cada lugar. E ainda afirma que a análise da pobreza deverá concentrar-se no desempenho das atividades do ser humano, mais que nos resultados obtidos por esse desempenho.

As capacidades/liberdades que Sen explica são as liberdades que as pessoas elegem e valorizam conforme têm razão para tal, sempre valorando o habitat das pessoas, das sociedades. Ao mesmo tempo, Sen não demonstra em seus trabalhos nenhuma metodologia que valore as liberdades pelas quais as pessoas têm razões de querer ter ou ser. “Es a través del razonamiento público o la discusión pública que cada sociedad debe determinar qué libertades debería promover” (SEN *apud* DENEULIN 2009, p.78) e que “esta inevitablemente basado en una clase particular de valores” (NUSSBAUM e SEN *apud* DENEULIN 2009, p.78). O que nos reporta a perguntas de suma importância para entender os critérios que as pessoas valoram em suas escolhas, como: ¿Donde residen los valores en la sociedad? ¿Em mentes individuales o en una sociedad tomada como totalidad? (DENEULIN 2009, p.79). Pensa-se que Sen tenta responder a estas perguntas quando diz que os valores não são descobertos mas, sim, eleitos, isto é, cada indivíduo, cada sociedade, elege seus valores. Deneulin em seu artigo “Valores, elecciones y los limites de liberalismo en el enfoque de las capacidades”, discorda da liberdade como eleição de valores (2009, p. 93).

Los valores están intrínsecamente unidos a las práctica sociales y a la comprensión del “bien” que tiene una comunidad. La libertad es eso contexto, es una mayor autocomprensión de lo que significa “bueno” (...) el enfoque de las capacidades se acerca considerablemente a la aprobación de un principio central del denominado “comunitarismo”: que la justicia no puede ser separada de una concepción de lo que es bueno.

De todas as maneiras, o juízo de valores é muito importante no enfoque das capacidades, pois nos faz ser cautelosos quando da liberdade de escolher. Então esse escolher deverá estar de acordo com as razões que as pessoas têm para eleger, e não somente valorar, sem motivos, e para Sen, essa valorização para eleger tem que ser debatida em espaço público.

No entanto, a Democracia deveria ser palco de formação e exercício de valores e prioridades, como, as necessidades, e óbvio que incluso estão às necessidades econômicas. E mais adentro estão os que carecem destas necessidades, os pobres e os em extrema pobreza.

E como vivem ou sobrevivem as pessoas que se encontram em estado de pobreza? Como que estas pessoas trabalham em suas mentes desejar ter algo que não podem ter? Privar o indivíduo de não ter o que deseja gerará uma “preferência adaptativa”, expressão utilizada por Jon Elster (1988, p.42), a forma encontrada para amenizar a frustração gerada por um desejo não realizado por causa da realidade que se tem. A Psicologia encontra resposta para diminuir a referida frustração, melhor dizendo, adaptação à situação apresentada, que é a dissonância cognitiva, que consiste em compensar seu sonho com outro sonho mais realizável, mais ao alcance. No caso da pobreza extrema, à luz da vivência da autora⁸², passa-se de duas maneiras:

a) O sujeito que nasceu na extrema pobreza, dificilmente terá muitos sonhos inalcançáveis, pois não conhece o outro lado, ou seja, viver de forma digna, e se acomoda com o que “Deus lhe deu”. Neste caso, o indivíduo não terá o que compensar, pois não se frustrará;

b) Como também o sujeito poderá nascer ou não em estado de extrema pobreza, mas que tem desejos, vontades que serão inalcançáveis por sua condição. Neste caso há uma dissonância cognitiva, que é compensar um desejo com outro inferior, ou com convencimento de si próprio, buscando encontrar formas em si ou no outro que diminua ou acabe sua vontade, seu querer ter. A fábula da raposa e as uvas verdes ou amargas (já citada acima) retrata estratégias para diminuir a frustração.

Dessa forma, a preferência adaptativa ocorrerá de forma não consciente e conduzirá à degradação de seus desejos, encontrando alternativas viáveis a sua

⁸² Esta é uma percepção da autora, que tem vivência em pequenos municípios de extrema pobreza.

condição - o indivíduo ajusta seus desejos a sua real condição de vida, porque não há outra maneira de ser. Logo, o indivíduo que se encontrar em estado de extrema pobreza ou pobreza não terá autonomia sobre a sua vida.

A ideia de autonomia desenvolvida por Amartya Sen é entendida por liberdade das capacidades, onde o autor prima pela diferenciação de povos e seres humanos. Assim sendo, o que pode ser de vital importância para uma comunidade e/ou pessoa, pode não ser para outra.

Por ejemplo, una misma cantidad de dinero puede ser de mayor o menor provecho para las personas, dependiendo de sus condiciones de salud, de la educación que hayan adquirido, de su habilidad para los negocios, de su capacidad de planificación, etc. (PEREIRA 2009, p. 63).

Portanto, a vontade das pessoas não devem ser medidas pelos que elas têm, mas, sim, pela liberdade de escolha entre as diversas formas de vida, esta é a proposta de Sen. Não atentando a exemplos, mas para que se possa visualizar a valorização das necessidades entre os povos do oriente e os povos do ocidente, muitas são as diferenças de valores, como ilustra uma estória contada pelos administradores de venda, como uma estratégia de venda em plena Globalização:

Conta uma lenda que uma empresa fabricante de calçados tinha em suas estratégias de globalização, exportar para a Índia. Como não conhecia este mercado, enviou dois executivos em diferentes pontos daquele país, para que estes estudassem as possibilidades de uma futura exportação. Uma semana depois, a empresa recebeu um e-mail com o relatório de um dos executivos, dizendo que a exportação de calçados para aquele país seria totalmente inviável, pois na Índia o povo não usava sapatos. Passou-se dois dias e a empresa recebeu um segundo e-mail, desta vez do outro executivo, dizendo: Aumentem urgentemente a produção da fábrica, temos uma grande oportunidade, o mercado é imenso, favorável e inexplorado, pois na Índia o povo não usa sapatos⁸³.

De aqui do Ocidente pensa-se que o povo da Índia não se importa muito em estar calçado, ou em andar elegante. A mídia dá a entender que a Índia não é um país com grande consumo, no que diz respeito a roupas e sapatos, apesar de que podem chegar a esse patamar, mesmo que se saiba que esse não é o modelo ideal de consumo. A estória foi contada para ilustrar que uma necessidade é diferente, dependendo da sociedade em que se vive. E por ter nascido na Índia e depois ter convivido com o Ocidente é que Amartya Sen desenvolveu a teoria das capacidades

⁸³ http://www.portaldomarketing.com.br/Artigos2/Artigo_de_Oportunidade.htm

e desempenho para combater a pobreza acima de outras necessidades, defendendo que as necessidades variam de lugar para lugar.

Não somente a insatisfação das necessidades determinará a pobreza, mas a privação daquilo que se quer ter ou ser. Esta é a principal causa, pela qual acontecem as carências das capacidades do ser humano como ter saúde, ter estudo, participar, ser reconhecido, ser valorizado, ter amigos. Sendo assim, as causas da pobreza são multidimensionais e multicausais, e não unidimensionais, como até os anos 80 era entendido, ou seja, somente a pobreza de renda era contada como pobreza. Entende-se a pobreza contemporânea com atributos tanto quantitativos como qualitativos. E foi justamente a preocupação de Sen, em não mensurar a pobreza somente pelo PIB, mas introduzindo as capacidades que as pessoas têm em eleger o que é melhor para sua vida, e apesar das críticas de que ele (Sen) não menciona quais são estas capacidades básicas, porém ele entende que cada comunidade por ser diferente, tem o livre arbítrio de eleger as que os convém.

Contudo, Martha Nussbaum, filósofa e professora na Universidade de Chicago, que também defende o enfoque das capacidades, vai mais além, elencando dez capacidades básicas que devem ser garantidas a todo ser humano, levando em conta a sua dignidade, como (NUSSBAUM, 2002, p. 78-80)⁸⁴:

1) Vida – ser capaz de levar uma vida de duração normal, ou seja, não morrer prematuramente.

2) Saúde – ter boas condições de saúde, boa alimentação, ter uma boa moradia.

3) Integridade Física – gozar de liberdade de ir e viver e de sentir-se seguro, sem medo de ser atacado ou violentado, ser capaz de ter oportunidade de satisfação sexual.

4) Sentidos, imaginação e pensamentos – ser capaz de desenvolver os sentidos e que possa manifestar gostos, preferências e crenças, ser capaz de imaginar, de pensar e de usar a razão.

5) Emoções – ter capacidade de amar, de sentir gratidão, de experimentar diferentes sentimentos, externando-os.

⁸⁴ Tradução da autora

6) Razão prática – ser capaz de formar uma concepção do bem e um plano e refletir acerca do seu projeto de vida.

7) Filiação – ser capaz de viver com o outro, interagir com o outro e a sociedade, de ter empatia com o outro, ter compaixão e amizade, ser capaz de desenvolver o senso de justiça. E ainda ser capaz de ter bases sociais de auto-respeito, cujo valor é igual aos demais, se protegendo contra a discriminação.

8) Outras espécies – ser capaz de respeitar os animais, as plantas, enfim, sentir consideração pelo universo.

9) Ócio - ser capaz de se divertir, brincar, rir, ter bom humor.

10) Controle sobre o próprio ambiente – ser capaz de gozar de oportunidades políticas, direito de propriedade e de trabalho igual a qualquer outro ser humano.

Ainda Nussbaum (2002, p.93) enumera mais dez princípios que, a seu ver, são uma forma de cumprir o direito das capacidades dos seres humanos. São eles: 1) Embora todos os países sejam responsáveis por desenvolver as capacidades de todos os homens, o próprio país deverá tomar medidas de melhoria do seu povo; 2) Deve respeitar a soberania nacional, e convencer sobre a promoção das capacidades locais, através de meios pacíficos; 3) As nações prósperas têm a responsabilidade de ajudar os pobres com uma proporção substancial de seu PIB; 4) As organizações multinacionais têm a responsabilidade de promover as capacidades humanas em todas as regiões onde operam; 5) As estruturas de ordem econômica global deverão ser justas com os países pobres e em desenvolvimento; 6) É necessário desenvolver uma esfera pública global e minimamente descentralizada, mas forte; 7) Todas as instituições e a maioria dos indivíduos devem focar os problemas dos mais desfavorecidos em cada nação e região; 8) A comunidade mundial tem de colocar ênfase no cuidado dos doentes, idosos e crianças; 9) A família deverá ser tratada como uma esfera privada preciosa, mas não quando esta foi negligente; 10) Todas as instituições e indivíduos têm a responsabilidade de apoiar a Educação como a chave para empoderamento das pessoas atualmente desfavorecidas.

Siurana (2009, p. 147) depois de fazer uma análise das capacidades aportadas por Sen e Nussbaum finaliza seu artigo, entendendo

que las capacidades básicas para poder decir que una persona se está desarrollado en libertad – y, por lo tanto, para decir que esta venciendo a la

pobreza – son las siguientes: 1) capacidades para autocomprenderse; 2) capacidad para fundamentar sus juicios en un diálogo con los afectados; 3) capacidad para llevar a cabo, con otros, los proyectos de justicia acordados en común.

E ainda acrescenta a urgência de como essas capacidades poderão ser desenvolvidas na prática, bem como estabelecer critérios que influencie o grau de desenvolvimento destas capacidades em situações reais.

Também o economista e filósofo, o chileno Manfred Max Neef (1995) enumera nove necessidades humanas fundamentais, que segundo ele são finitas, poucas e classificadas, são as mesmas em todas as culturas e em todas as épocas, a diferenciação consiste na maneira e nos meios utilizados para satisfazê-la, e um dos aspectos que define uma cultura é a escolha dos satisfatores. O autor classifica as necessidades humanas segundo duas categorias: 1) a categoria existencial, as necessidades de: ser, ter, fazer e estar; e 2) a categoria axiológica, as necessidades de subsistência, proteção, afeto, liberdade, entendimento, participação, ócio, criação e identidade. Não existe uma correspondência biunívoca entre necessidades e satisfatores, isto é, um fator de satisfação poderá contribuir simultaneamente para a satisfação de diversas necessidades, bem como uma necessidade pode requerer diversos satisfatores para ser satisfeita. Traduzem-se as referidas necessidades para as diversas pobreza: pobreza de afeto, de criatividade, de entendimento, de identidade, de liberdade, de lazer, de participação, de proteção e de subsistência.

Outro que ficou famoso por suas ideias acerca das necessidades humanas é Abraham Maslow⁸⁵. Psicólogo das relações humanas desenvolveu a teoria da motivação humana, que explica cinco níveis de necessidades básicas humanas, sendo assim:

1) Necessidades fisiológicas – são as primeiras necessidades do homem, as mais básicas, como respirar, alimentação, sono, sexo, etc.

2) Necessidades de segurança – necessidade de ter onde morar, ter emprego, segurança do corpo, da família.

3) Necessidades sociais - O ser humano precisa amar e pertencer. Ter família e amigos. O ser humano tem a necessidade de ser amado, querido por outros, de ser aceito por outros, de se sentir necessário dentro de grupo(s), ter o sentimento de pertencimento.

⁸⁵ Ver Teoria Geral da Administração de Antonio Cesar Amaru Maximiano.

4) Necessidades de estima - O ser humano busca ser competente, alcançar objetivos, obter aprovação e ganhar reconhecimento, ter autoestima, confiança, respeitar e ser respeitado pelo outro.

5) Necessidade de autorrealização - O ser humano busca a sua realização como pessoa, criatividade, solução de problemas.

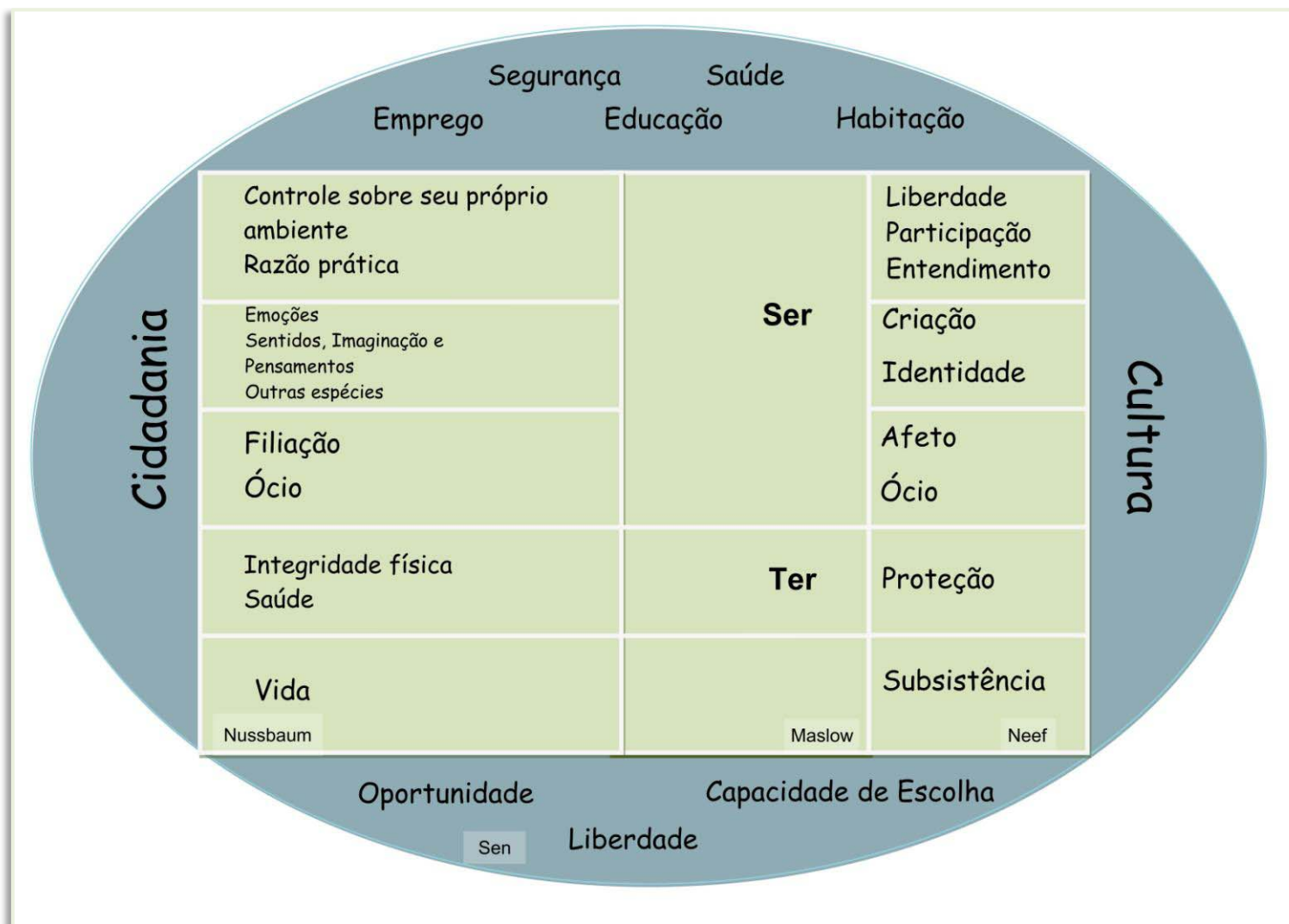
Maslow esclarece que a referida teoria segue uma ordem hierárquica, na qual o ser humano somente pensa em satisfazer as necessidades do topo da hierarquia depois que satisfizer as da base. Melhor dizendo: o homem somente busca a satisfação no âmbito social, se a necessidade fisiológica e de segurança estão satisfeitas, e assim por diante.

Neef alega contrariamente a Maslow, quando diz que as necessidades humanas fundamentais são não-hierárquicas e são ontologicamente universais e invariáveis em sua natureza - parte da condição do ser humano. Assim ele argumenta, que a pobreza será o resultado de uma destas necessidades terem sido frustradas, negada ou não plenamente realizada.

Na figura 6.1 faz-se um apanhado das ideias das necessidades básicas humanas dos autores Amartya Sen, Martha Nussbaum, Manfred Max Neef e Abraham Maslow. Por elas se deduz que, de formas diferentes, o discurso é que todos dizem o mesmo, que todo ser humano precisará satisfazer suas carências, para sentir-se gente, para sentir que têm seu valor, para valorizar, para amar, para ser respeitado e respeitar. As necessidades se entrelaçam entre si, havendo uma dependência entre as mesmas. Ao mesmo tempo que são interdependentes⁸⁶. No entanto, a necessidade econômica, apesar de não ser a única geradora de todo o desastre das desigualdades, mas entende-se ser, a principal causa dos outros tipos de pobreza. A figura demonstra também que, mesmo que Sen não haja elencado as capacidades de escolha, ele comunga com as ideias de que educação, saúde, lazer, relações de amizade, realização profissional, dentre outras é fundamental para arrancar um povo da pobreza.

⁸⁶ Maslow e Neef têm visões diferentes sobre a dependência e independência de uma necessidade por outra. Para Maslow, primeiro, deverá ser satisfeita as necessidades elementares para depois pensar-se em satisfazer as necessidades sociais, etc. No entanto, Neef considera que uma necessidade poderá ser satisfeita independentemente de outra necessidade, ou seja, pode-se satisfazer uma necessidade de participação, como voz e voto em sua comunidade, e não ter suas necessidades básicas satisfeitas, a exemplo de não ter uma moradia digna, não se alimentar bem, não ter quase o que vestir, escassez na educação e na saúde, etc.

Figura 6.1 - Necessidades básicas segundo Amartya Sen, Martha Nussbaum, Max Neef e Abraam Maslow



Elaboração da autora

Mesmo que não se generalize, porque uma necessidade poderá estar independente de outra, mas em sua maioria, as necessidades, as carências, perpassam uma pela outra. Contudo, de todas as formas as necessidades econômicas se relacionam com os outros tipos de necessidade.

Nestes termos, faz-se alusão às causas da pobreza, que são aspectos relacionados com poder, corrupção, exploração, manipulação e dentre muitos, esta é a limitação de oportunidades, impedindo a efetividade na resolução deste grave problema social.

Amartya Sen compreende a pobreza como carência de capacidades e direitos, que são impedidos de exercê-la pela minoria que detém o poder, a riqueza.

Esse conjunto de fatores faz com que o indivíduo perca a capacidade de tomar algumas decisões sobre sua vida. Perde a autonomia. E o que se passa com o indivíduo que não tem autonomia sobre si? Desde a perspectiva de Pereira, a vergonha social é o minar o sentimento de autoestima, quando a pessoa se sente menosprezada, rejeitada; enfim, ela se sentirá como alguém de menor valor social.

Esto puede verse claramente en los casos que hemos manejado de la pobreza extrema donde el menosprecio se manifiesta a través de la exclusión social. (...) Las preferencias adaptativas reaccionan ante los sentimientos de vergüenza que provoca una alta disonancia, a través del fenómeno de adaptación que tiene en contrapartida la degradación de la alternativa deseada. Este mecanismo tiende a la paralización del sujeto. Pero también debe decirse que en las reacciones que provocan sentimiento de vergüenza, el menosprecio puede disparar una lucha pelo reconocimiento (...) que expanda la autonomía del sujeto y que le permita remover las condiciones que generan las preferencias adaptativas, asegurando el reconocimiento debido (2009 p. 74 -75).

Para Honneth, a teoria do reconhecimento, pode reduzir os problemas sociais, quando enfatiza que se deve lutar pelo reconhecimento, e que o desrespeito, isto é, o não reconhecimento “é a fonte emotiva e cognitiva de resistência social e de levantes coletivos” (HONNETH, 2009, p. 227). Sendo assim, as populações que lutam por reconhecimento têm avanços importantes no âmbito social ou pelo menos deveria ter.

Honneth, tendo como ponto referencial o filósofo Hegel, estrutura uma tipologia progressiva de formas de reconhecimento: amor, direito e solidariedade. Estas formas de reconhecimento definem três modos de relação consigo mesmo: confiança em si mesmo, auto-respeito e autoestima. O contrário dessas formas de reconhecimento, Honneth afirma que são as formas de menosprezo ou negação do

reconhecimento, as quais geram danos nas pessoas de tal maneira que arrancam, pelo menos, sua pretensão de identidade. E daí provém a resistência a essas formas de não-reconhecimento, nos conflitos sociais. Então, “o devido reconhecimento não é apenas uma cortesia que nós devemos às pessoas. É uma necessidade humana vital” (HONNETH, 2009, p. 26).

Do ponto de vista de Pereira (2009, p. 75 - 76) o Estado deverá arcar com sua responsabilidade quando se tratar de dar oportunidades à população que se encontra abaixo da linha da pobreza, é necessário dar o impulso inicial para que estes consigam saltar para adiante, criar mecanismos para que caminhem por si.

La lucha por el reconocimiento como clave para superar preferencias adaptativas necesita de suficientes estímulos para que puedo crecer e asegurar el reconocimiento debido de los afectados.

(...) La intervención pública se daría solamente el inicio, para que luego los propios afectados fuesen los verdaderos protagonistas de sus reclamos (PEREIRA, 2009, p. 76).

Sendo donos de seus destinos, assegurando-se de que não deverão estar sempre na dependência, mas que são alvos de orgulho e de reconhecimento.

6.2 A relação da pobreza, desigualdade e exclusão social

A desigualdade e a exclusão social mantêm uma relação estreita com a pobreza, e são problemas sociais graves, com os quais se convive. O relatório sobre o desenvolvimento mundial de 2000/2001 – Luta contra a pobreza, é enfático, categórico e duro nas palavras quando define a pobreza como:

resultado de processos econômicos, políticos e sociais que se relacionam entre si e muitas vezes se reforçam exacerbando as condições de privação em que os pobres vivem. Escassez de bens, mercados inacessíveis e poucas oportunidades de emprego mantêm as pessoas na pobreza material. (...) A experiência de privação múltipla é intensa e dolorosa. A descrição que os pobres fazem da vida em condições de pobreza é um testemunho eloqüente de sua dor (p.1)

Pobreza é nada mais que viver de forma não digna, de forma subumana, a pobreza absoluta definida como a falta de renda, leva a pobreza relativa, como falta

de voz, de participação, de autoestima, de educação e saúde⁸⁷. O referido relatório segue sendo bastante contundente:

Num mundo em que o poder político se distribui de maneira desigual e muitas vezes acompanha a distribuição do poder econômico, o funcionamento das instituições do Estado pode ser particularmente desfavorável aos pobres. Por exemplo, os pobres em geral não recebem os benefícios do investimento público em educação e saúde. (...) Frequentemente, não são bem tratados por instituições do Estado e da sociedade e não podem influenciar as decisões que afetam sua vida.

Nesse caso, a consequência da pobreza é a desigualdade, ou melhor dizendo: a desigualdade gera a pobreza, quando muitos teóricos econômicos partem da premissa que primeiro tem que “fazer o bolo crescer para depois distribuir⁸⁸”

No entanto, uma simples descrição histórica do crescimento econômico registrado por vários dos países da região mostra que este não se traduziu em uma significativa diminuição da pobreza, pela simples razão de que o estoque de bens é tão desigualmente distribuído, que seus efeitos estruturais tendem a concentrar inercialmente os lucros em grupos reduzidos da população. Essa realidade condiciona qualquer objetivo de se conseguir uma redução significativa da pobreza e consolida – quando não aumenta – uma desigualdade ímpar no mundo inteiro. Cimadamore e Cattani (2007, p.8).

Nesse sentido, um dos mais importantes nomes da nossa historia é do filosofo alemão Karl Marx (1818-1883), que interpreta a miséria como um instrumento utilizado pela burguesia e o proletariado, sendo, a desigualdade o resultado da divisão de classes – essas duas classes são irreconciliáveis. Parafraseando Marx, a desigualdade se dá pelo modo com o qual a sociedade se organiza, organiza sua produção, e como a distribui⁸⁹.

A desigualdade e a pobreza estão vinculadas entre si, porém a desigualdade tem um conceito mais amplo. Onde a pobreza trata das privações objetivas e subjetivas para alcançar o bem-estar⁹⁰ e a desigualdade analisa a distribuição dos referidos bens, a distribuição da renda, que é um elemento determinante da pobreza, quando este se produz de forma muito desigual nas sociedades, trará inúmeros problemas visíveis e irritantes, como o sentimento desvalorização humana

⁸⁷ Educação, saúde e ócio, deverão ser proporcionados pelo Estado nas mesmas proporções ou proporções superiores àqueles que não são pobres, com um mínimo de Justiça e Equidade.

⁸⁸ Delfim Neto, economista brasileiro, autor desta frase.

⁸⁹ <http://www.brasilecola.com/sociologia/pensadores-classicos-sociologia.htm>

⁹⁰ A pobreza subjetiva é aquela que vai além dos bens materiais, a exemplo da educação, saúde, ócio, etc.

e não pertencimento daquela sociedade, desencadeando sérios problemas, tornando-se um ciclo vicioso.

A desigualdade tem relação direta com a pobreza, quando houver desigualdade ao acesso aos serviços básicos, a terra, a educação, a saúde, etc.

A exclusão social de tal modo não estará excluída da dimensão da pobreza. Pelo contrário, amplia a análise de pobreza e desigualdades. Portanto, exclusão social.

É o processo pelo qual indivíduos ou grupos são total ou parcialmente excluídos de participarem integralmente da sociedade em que vivem (European Foundation for the Improvement of Living and Working Condition, *apud* Gershman & Irwin, 2000, p.16).

Assim como a pobreza, a exclusão social tem aspectos multidimensionais produzidos pelas desigualdades nas relações de poder, afetando a cidadania, as relações familiares e sociais e de si consigo mesmo.

Sabe-se que ela integra o campo da pobreza e das desigualdades, porém contém algumas características próprias, como o homossexualismo.

Enfim, a percepção da existência da pobreza, da desigualdade e da exclusão social incita sentimentos de injustiça, levando ao sentimento de frustração por o indivíduo não conseguir ter uma vida digna e o sentimento de não pertencimento a sociedade além da insegurança econômica. Este fenômeno o deixará débil em muitas áreas de sua vida, senão todas, como a sua integridade física, moral e psíquica. Pensa-se que os elementos, que causam a desigualdade, a pobreza, e, em consequência, a exclusão social⁹¹ os tornam obviamente subjetivos também, ou seja, a pobreza de um fator levando a várias outras, com suas multicausas e multiconsequências, tendo como ponto comum à falta de bem estar tanto individual como social.

⁹¹ Há muitas formas de exclusão social, e uma das mais dolorosas é a pobreza, uma levando a outra. Então, uma desigual distribuição de renda conduzirá a haver pobres e ricos, e, daí, a vulnerabilidade do pobre o levará à exclusão.

Figura 6.2 – Matriz para visualizar as consequências e causas da desigualdade na distribuição de renda



Elaboração da autora

As desigualdades produzirão as pobreza absolutas e relativas, que, por sua vez, levam o indivíduo a uma complexidade de problemas, como falta de amor próprio, falta de autoestima, de sentir-se incapaz de satisfazer seus desejos; daí perceber-se fora da sociedade, isto é, à margens da sociedade; uma pessoa fora do contexto, um excluído socialmente, desenvolvendo problemas tanto de ordem física, como moral e psíquica. Um problema gerando outro tanto ou mais grave, como a vulnerabilidade do pobre excluído, e uma das maiores vulnerabilidades “as doenças, crises econômicas e catástrofes naturais”, (Relatório sobre o desenvolvimento mundial de 2000/2001 – Luta contra a pobreza) – frequentemente sendo e se sentindo humilhado⁹²

La experiencia de la exclusión social va unida a una pérdida de autorrespeto un tanto que su capacidad de auto percibirse como un sujeto igual a los demás se ve socavada (Pereira 2009, p.73).

⁹² A humilhação está estritamente vinculada ao sentimento de inferioridade. Quando um indivíduo se sente humilhado é porque alguém, através de alguma atitude o fez sentir-se inferior. O objetivo da humilhação tem como principal característica a destruição moral daquele que a sofre. Se existe uma situação onde a dor emocional do homem é percebida com facilidade, esta será através da humilhação, pois nela o indivíduo se verá exposto e a vergonha tomará conta de seu ser. Quando a humilhação for constante o indivíduo perderá sua identidade.

Um depoimento de uma mulher que sabe bem o que é a humilhação por ser pobre.

Pobreza é humilhação, depender dos outros e ter que aceitar rispidez, insultos e indiferença quando buscamos ajuda. - Mulher pobre, Letônia (Relatório sobre o desenvolvimento mundial de 2000/2001 – Luta contra a pobreza, p.3).

E ainda segundo este relatório (p.3) “aumenta o mal-estar dos pobres, exacerba sua pobreza material e enfraquece seu poder de barganha”.

Existem inúmeros estudos sobre a pobreza, quais suas causas, quais suas consequências, os conceitos e outros, bem como qual a solução para erradicar ou diminuir substancialmente a pobreza e suas mazelas. Uma das certezas é a vontade política, desapego a valores arraigados que contradizem com o desejo de acabar com a pobreza. Bem como empoderar a população que se encontra nesse estado, outorgando-lhes autonomia.

E como outorgar autonomia às pessoas afetadas pela pobreza? O relatório sobre o desenvolvimento mundial de 2000/2001 – Luta contra a pobreza, (p. 9-10) define seis linhas que julga de suma importância e que depende de Políticas Públicas: A saber:

1) Lançar as *bases políticas e jurídicas* para um desenvolvimento inclusivo.- São instituições públicas transparentes em suas ações e prestação de contas, com um sistema justo, igualitário e equitativo.

2) Criar administrações públicas que promovam o crescimento e a equidade. – instituições eficientes e eficazes, e não corruptas.

3) Promover a descentralização e o desenvolvimento comunitário – aproximar as instituições da comunidade e populações pobres, aumentando o controle das pessoas interessadas nos serviços.

4) Promover a igualdade entre os sexos – é de suma necessidade para redução da pobreza.

5) Eliminar as barreiras sociais – eliminar a discriminação de gênero, de raça, de etnia, de discriminação do pobre.

6) Reforçar o capital social dos pobres – para que estes possam influenciar com voz e voto nas políticas publicas que lhe dizem respeito e à sociedade como um todo.

Em verdade, o referido relatório nos expressa que o principal problema da pobreza está nas instituições públicas, que são prepotentes, corruptas, ineficientes, ineficazes, extremamente burocráticas, corporativistas, dificultando o acesso das populações mais carente aos seus serviços. Em vez de diminuir o estado de privação, aumenta a pobreza, a exclusão, a desigualdade, vulnerando os cidadãos.

6.3 Os espaços urbanos segregados reforçam as desigualdades sociais: o óbvio?

Depois de entender a pobreza e as suas múltiplas dimensões e de fazer-se um apanhado da pobreza com as desigualdades e a exclusão social, e suas grandes consequências, a pesquisa prossegue com o óbvio ou não, do vínculo dos espaços habitados e a pobreza

É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social. (...) O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. (...) Mas os objetos não nos dão senão uma fluidez virtual, porque a real vêm das ações humanas, que são cada vez mais ações informadas, ações normatizadas (SANTOS, 2005: p.1).

A alusão de Milton Santos, que caracteriza o território e a sociedade como sinônimos, um não existe sem o outro, ou seja, território é o formato do espaço, que somente tem vida com a ação humana. Assim Haesbaert (2007, p.78) enfatiza as palavras de Milton Santos.

O território compõe de forma indissociável a reprodução dos grupos sociais, no sentido de que as relações sociais são espacial ou geograficamente mediadas, e de que a territorialidade ou a “contextualização territorial” é inerente à condição humana.

Por meio dessas transformações que Deleuze e Guattari analisam o espaço habitado de duas formas: espaço liso e estriados, como uma separação dentro do próprio território.

Portanto, na própria terra, conforme se trate de uma cultura em espaço-nomos ou em espaço-cidade, não é apenas no mar, no deserto, na estepe, no ar que está em jogo o liso e o estriado; é na própria terra, (...). Bem mais: não seria preciso dizer o mesmo da cidade? Ao contrário do mar, ela é o espaço estriado por excelência; porém, assim como o mar é espaço liso que deixa fundamentalmente estriar, a cidade seria a força de estriagem que

restituiria, que novamente praticaria o espaço liso por toda a parte, na terra e em outros elementos – fora da própria cidade, mas também nela mesma. A cidade libera espaços lisos, que já não são só os da organização mundial, mas os de um revide que combina o liso e o esburacado, voltando-se contra a cidade: imensas favelas móveis, temporárias, de nômades e trogloditas, restos metal e de tecido, patchwork, que já nem sequer são afetados pelas estraigens do dinheiro, do trabalho ou da habitação. Uma miséria explosiva, (1995, p.188-189).

Todo o livro destes filósofos é uma viagem, com demasiadas interpretações para todas as áreas e preferências. É impressionante seus incríveis e corretos devaneios ou não. Para os autores o espaço liso é “distribui-se no espaço aberto, conforme frequência e ao longo dos percursos” (p.188). É quando a cidade reivindica seus espaços lisos, que supre a necessidade dos habitantes, e nessa busca a cidade se mescla lisa e estriada. Ele chama de esburacado, que são as favelas, isto é, habitantes com extrema pobreza, onde a estriagem do dinheiro, do trabalho ou da habitação não mais os importa. O que importará é sobreviver a cada dia – “miséria explosiva”.

Todavia, qual a relação da espacialidade com a exclusão/inclusão social? Segundo (Shields *apud* Haesbaert, 1992 p.187) “inclusão e exclusão e diferenciação espacial continuam aparentemente imutáveis”. “As desigualdades e a exclusão socioespacial, diríamos nós, foram mesmo intensificadas” (HAESBAERT 2007, p. 167).

A dimensão social perpassa pela dimensão econômica, política e cultural, e, de acordo com as regras desse triple, pode-se ter uma sociedade inclusa ou uma sociedade à margem.

O econômico é um fator importante no espaço habitado. Sendo que para muitos autores, incluso Milton Santos, a Globalização é protagonizadora direta da destruição dos territórios. Karl Marx, entrelinhas, já alertava, no que diz respeito ao global, que desterritorializa, de um lado o trabalhador livre que se apropria da terra para o seu sustento, e do outro, a burguesia, que de alguma forma explora a mão de obra dos trabalhadores, assim, construindo e destruindo espaços sociais, consolidando a desterritorialização, territorialização e reterritorialização capitalista, sendo a preocupação maior com o fluxo e a circulação do Capital.

O mais importante dos fenômenos geradores do crescimento, a acumulação do capital, em sua natureza e essência, não tem ligação com a pátria. O território e a nação dos atores têm pouca importância para o capitalismo (...) uma política de nacionalismo econômico baseada no espaço nacional perde

todo o sentido (...) época de desterritorialização da economia (LATOUCHE 1989, p. 100-101).

Como em todas as suas obras, o referido autor é sempre forte em seus argumentos contra o Capitalismo, contra o excessivo consumismo do ser humano. Pode-se entender o Capitalismo como um “possível destruidor do território”, e conseqüentemente, das relações estabelecidas nestes espaços, quando incita a competitividade de mercados, de postos de trabalho, bem como, a busca por uma remuneração baixa, como uma saída de sobrevivência, criando um estímulo a esse estado, como se fosse o natural, acirrando cada vez mais uma sociedade desigual e diferenciada.

Se existe uma desterritorialização do ponto de vista econômico, ela está muito mais ligada aos processos de expropriação, precarização e/ou exclusão inseridos na lógica de acumulação capitalista do que na simples esfera do capital “fictício”, da deslocalização das empresas ou da flexibilização das atividades produtivas. É preciso, antes de mais nada, distinguir, “desterritorialização por quem e para quem”. Geralmente, estes discursos da desterritorialização – seja da globalização do capitalismo (de acumulação flexível), da fluidez do capital financeiro ou da “deslocalização” das grandes empresas – servem apenas para ocultar a real desterritorialização, a daqueles que, submetidos a essa “liberdade improdutiva” e “flexibilidade das relações de trabalho, acabam não tendo emprego ou sendo obrigados a subordinar-se a condição de trabalho cada vez mais degradante. (HAESBAERT, 2007, p. 173).

Portanto, no mundo global, as barreiras são derrubadas em nome do Capitalismo, pelo livre mercado, e as incertezas são constantes, dificultando o encontro daquilo que é real, assim, não fazendo oposição à degradação humana que as mazelas proporcionadas pelo dito mundo, aumentando os desfavorecidos e conseqüentemente a precarização do espaço usado.

a exclusão aviltante ou as inclusões extremamente precárias a que as relações capitalistas relegaram a maior parte da humanidade faz com que muitos, no lugar de partilharem múltiplos territórios, vaguem em busca de um, o mais elementar território da sobrevivência cotidiana (HAESBAERT, 2007, p. 17).

É um conjunto de fatores que faz do espaço habitado um problema social. O trabalho, que gera renda, ou melhor dizendo, a falta de trabalho, é um fator que desintegra os espaços habitados, mas há muitos outros fatores que dependem do Estado para o seu efetivo funcionamento, como, pelo menos, proporcionar boa educação e um eficiente e preciso atendimento no que se relaciona a saúde.

Um sistema educativo em plena atividade nos territórios com baixo nível social, econômico e cultural será um meio capaz de romper os mecanismos que reproduzem a pobreza e suas proporções.

Segundo o *Relatório do Banco Mundial 2000/2001: a luta contra a pobreza*, o Estado deverá interferir incisivamente nos territórios que sofrem de pobreza aguda ou crônica, no intuito de acabar ou diminuí-la. Todavia, age contrariamente, tratando as pessoas em estado de pobreza de forma desumana, senão:

Aqueles que sofrem uma situação de privação material sentem agudamente a sua falta de representação, de poder e da independência. Esta impotência os obriga a suportar descortesias, humilhações, vergonha, trato desumano e exploração por parte do Estado e da sociedade. Ausência do Estado de direito, falta de proteção à extorsão, violência e intimidação, e a ausência boas maneiras e previsibilidade nas interações com os funcionários públicos também representam um pesado fardo para os pobres (2000, p.35-36).

Em muitas das páginas do referido relatório, tece-se referência à pobreza como um problema que poderá ser solucionado pelo Estado, e ainda culpa o Estado de tratar mal, de desdenhar do pobre. De acordo com a asserção do Banco Mundial, é desse pobre que o Estado deverá cuidar; portanto é para os pobres que as políticas sociais deverão estar focadas, com o cuidado de não os tornar dependentes. Dando as asas para que voem por si sós, dependendo deles mesmos e de sua base comunitária, porém, dá-se ênfase que o Estado deverá ter iniciativas com políticas públicas adequadas para, em primeiro momento, sacar os pobres da pobreza extrema e manter os recursos físicos e humanos em plena atividade, nos territórios mais excluídos.

Além da problemática da falta de educação em si, não havendo boas escolas, nem estrutura nem corpo docente apto e comprometido, também Deleuze chama a atenção ao processo de educar nos parâmetros meramente institucionalizados.

O Processo de institucionalização da ciência, do saber científico, como verdade única, absoluta, inquestionável, soberana e de validade universal, afirmou-se definindo todo outro e qualquer conhecimento como não saber. O saber, assim, expropriou as pessoas e as comunidades do conhecimento que se adquire ao longo do tempo nas próprias experiências vitais. **O estatuto de não-saber desqualifica, marginaliza e silencia o saber das pessoas e dos grupos cujo pensar, sentir e agir não se dá legitimado pelas regras e procedimentos do saber instituído.** Práticas estas que, se revistas pelo foco dos interesses populares, revelar-se-iam práticas resistentes, resistência clandestina, de um povo que perdeu o chão-território e o seu universo de referência de sua própria história e se viram

transformados numa gente sem-voz. (DELEUZE E GUATTARI, 2000, p. 45, grifo autora)

São muitas as causas que segregam um território do outro. Haesbaert adverte para a homogeneidade dos grupos sociais, o qual classifica os indivíduos. Isto também poderá ser força em momentos de necessidade de pactuar qualquer decisão política. Diz ele que:

Todos os que vivem dentro de seus limites tendem assim, em determinado sentido, **a ser visto como iguais**, tanto pelo fato de estarem subordinados a um mesmo tipo de controle (interno do território) quanto pela relação de diferença que, de alguma forma, se estabelece entre os que se encontram fora de seus limites. Por isso, toda relação de poder especialmente mediada é também produtora de identidade, pois controla, distingue, separa e, ao separar, alguma forma nomeia e classifica os indivíduos e os grupos sociais. E vice-versa, todo processo de identificação social é também uma relação política, acionada como estratégia em momentos de conflito/negociação (2007, p.89, grifo da autora).

Haesbaert explica que, aparentemente, a exclusão social tenderia a dissolver os laços territoriais faz um efeito contrário, a saber:

as dificuldades cotidianas pela sobrevivência material levam muitos grupos a se aglutinarem em torno de ideologias e mesmo de espaços mais fechados visando assegurar a manutenção de sua identidade cultural, último refúgio na luta por preservar um mínimo de dignidade (2007, p.92).

Ao mesmo tempo em que os grupos sociais dos “espaços estriados” são vistos como homogêneos, no intuito de garantir a sobrevivência, é também heterogêneo, pois os territórios são concretos e ao mesmo tempo simbólico, onde se forma sua rede social, com identidades coletivas. No entanto, cada qual tem sua percepção diferente, o que faz aquele grupo, mesmo tendo características parecidas, serem heterogêneos em suas atitudes, as vezes sendo demasiado forte a ponto de impedir “a construção de vínculos comunitários e a reivindicação coletiva por melhoria das condições de vida” Duque Brasil (2004, p. 52).

Qual a compatibilidade do território com a pobreza? Um território sem estrutura de equipamentos e quando há alguns equipamentos, não há recursos humanos adequados nem suficientes, e ainda as pessoas que vivem no território têm restrito acesso a estes. Convivem com suas ruas, suas vilas deterioradas, esburacadas. O Estado não levanta seus olhos para esses territórios. O que dizer de um espaço usado com essas características? Nos espaços habitados que têm diferentes características existiria gente pobre?

Há uma nítida diferença socioespacial, vista a olho nu. Muitas vezes, ao adentrar uma cidade, ainda mais, quando se tratar de uma capital ou de uma metrópole, onde as diferenças urbanas ainda são mais gritantes que as rurais:

Ainda no âmbito da organização espacial, os processos de segregação socioespacial têm se desenhado em novas versões, expressas em territorialidades exclusivas e defensivas nos extremos da estratificação social. De um lado, as favelas têm, em muitos casos, suas fronteiras fortemente demarcadas pela violência e pelo crime organizado, resultando em áreas sitiadas que imputam altos custos à população local. De outro lado, os condomínios fechados e outras formas de espacialização defensiva das elites multiplicam-se nas grandes metrópoles. Em ambos os casos, conformam-se territorialidades claramente delimitadas, que apresentam homogeneidade interna significativa. A conformação desses territórios nitidamente segregados, dentre outras implicações, rebate-se em déficits de urbanidade, nas possibilidades e nos termos de convivência entre os segmentos distintos da estrutura social. (DUQUE BRASIL 2004, p.54).

Desta forma, observa-se que os mais desprivilegiados habitam áreas mais desprivilegiadas. Este elo poderá resultar em maior precariedade urbana em todos os níveis de pobreza, tanto a objetiva como a subjetiva, sendo que a estigmatização de determinadas áreas gera a discriminação, podendo esse espaço degradar-se mais e mais, alargando o processo de exclusão social, onde o sentimento de pertencimento das pessoas se qualifica como um pertencimento a um status inferior da sociedade, com sentimentos degradantes em relação a si e a comunidade a que pertence. Contudo, essa identidade não se constitui como absoluta, desde que tanto a sociedade como o Estado interfiram positivamente com políticas públicas sociais locais, com continuidade dessas políticas para sustentar a construção de identidades coletivas e incitar a qualidade de vida nos territórios precários.

O Brasil, por ser um dos países mais desiguais do mundo, obviamente que tem bem demarcado seus chãos segregados, tanto dentro de suas próprias cidades, como de região para região. Confirmam-se algumas citações do Relatório do Desenvolvimento Humano de 2005, da Organização das Nações Unidas:

O rendimento médio é três vezes mais elevado no Brasil de desigualdade elevada e rendimento médio, do que no Vietname de desigualdade baixa e rendimento baixo. Contudo, os rendimentos dos 10% mais pobres do Brasil são inferiores aos dos 10% mais pobres do Vietname (p. 6).

No Brasil, o rácio entre o rendimento dos 10% mais pobres da população e o dos 10% mais ricos é de 1 para 94 (p. 38).

No Brasil, os 10% mais pobres da população são responsáveis por 0,7% do rendimento nacional e os 10% mais ricos, por 46% (p.56)

Uma distribuição mais próxima da igualdade pode significar que as pessoas pobres dos países com níveis baixos de desigualdade têm rendimentos mais elevados do que as pessoas pobres dos países com níveis de rendimento médio mais elevados. Isto dá-nos um exemplo claro do modo como a distribuição afecta a pobreza absoluta. Por exemplo, o rendimento médio do Brasil é três vezes mais elevado do que o rendimento médio do Vietname. Mas os 20% mais pobres dos Brasileiros têm um rendimento muito abaixo do rendimento médio do Vietname e comparável com o rendimento dos 20% mais pobres deste país (p.56).

O relatório menciona o Brasil em vários momentos, demonstrando que o nosso país é um território com fortes desigualdades econômicas, sociais e culturais. E para que melhor se possa visualizar o fenómeno, o referido relatório compara estas desigualdades com um dos países mais pobres do planeta, o Vietnã⁹³. “O coeficiente de Gini do rendimento para o Brasil, um dos países mais desiguais do mundo, é 60” (Idem, p. 130). E quando o Brasil é analisado pelo Índice de Exclusão Social (IES) a situação é ainda mais desfavorável, pois a sua colocação é 109⁹⁴, situando o Brasil no patamar bem pior do que é medido pelo IDH, aumentando o desastre social. O IES inclui outros indicadores que não são mensurados pelo IDH, como pobreza, desemprego, desigualdade social, alfabetização, escolarização superior, homicídios e população infantil. De acordo com o economista Marcio Pochmann⁹⁵,

O Brasil teve um crescimento econômico pífio nos últimos anos. Como explicar sua melhora de posição no IDH? O IDH mede alguns fatores, como a escolaridade, que melhoram naturalmente, independentemente de outros fatores de qualidade de vida.

E essas disparidades são percebidas não tão somente dentro de uma cidade, onde na maioria das vezes é clarividente quem é o pobre e quem é o rico, e

⁹³ Apesar de ainda o país Vietnã ser um dos países mais pobre do mundo, contudo sua situação tem melhorado com bastante rapidez e hoje depois de uma guerra com dimensões caóticas imensuráveis, é um país que se encontra em ascensão, e tem conseguindo números positivos em relação ao seu PIB. Em 1994 tinha uma taxa de pobreza absoluta de 60%, passando a 10% em 2010 e mais de 90% da população adulta é alfabetizada, números muito importantes. O Vietnã é considerado um dos países emergente economicamente, listado para figurar na lista dos próximos onze, ao lado dos BRIC's. E tem uma política mais justa na distribuição de sua renda. <http://exame.abril.com.br/economia/brasil/noticias/brasil-e-o-pais-emergente-com-maior-sucesso-no-combate-a-fome?p=3>

⁹⁴ As informações sobre a exclusão social no Brasil é de 2004, extraída da folha on line, <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u85608.shtml>

⁹⁵ Marcio Pochmann, autor do livro *Exclusão no Mundo*, lançado na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento em 2004 – <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u85608.shtml>

estas diferenças se estendem para as regiões, onde se distinguem com fulgência o pobre do sul e o pobre do norte.

Em muitos países, as disparidades regionais são uma importante fonte de desigualdade. No Brasil, a taxa de mortalidade infantil é de 52 óbitos por 1.000 nados-vivos no Nordeste, mas cai para 20 óbitos no Sudeste. Os 10 municípios com as mais baixas taxas de mortalidade infantil têm uma média de 8 óbitos por 1.000 nados-vivos – um nível comparável ao de alguns países de rendimento elevado. Os 10 piores municípios têm uma taxa de mortalidade de 117 óbitos por 1.000 nados-vivos, que é maior do que em Bihar, Índia. A despesa per capita com a saúde está inversamente relacionada com a taxa de mortalidade infantil: é duas vezes maior no Sudeste do que no Nordeste (RDH: 2005, p. 58-59).

Contudo, o Brasil tem investido massivamente no combate à pobreza, com Políticas Sociais contra a fome. Também a alfabetização de crianças, jovens e adultos, de prevenção e promoção da saúde, de desenvolvimento comunitário etc. No relatório *Quem realmente combate a fome?* Redigido pela ONG Action Aid de 2010⁹⁶, o Brasil é o líder do ranking dos país em desenvolvimento que tem programas que efetivamente tem reduzido a pobreza extrema. Em 10 anos, foi reduzida em mais da metade o número de crianças que se encontravam abaixo do peso ideal. O documento destaca o programa Fome Zero e Bolsa Família. Todavia, faz críticas à concentração de terras nas mãos de poucos e cita o desafio de incluir os trabalhadores sem terra nos programas sociais vigentes no país.

O IBGE divulgou, em 2011, que o Brasil tem 16,2 milhões de miseráveis (Censo 2010), ou seja, 8,5% da população brasileira, um percentual bastante alto. Todavia, o Brasil vem de um número de o dobro maior. Eram 32 milhões de brasileiros abaixo da linha da pobreza (Censo 2000). E a expectativa é que, em 2016, não haja mais nenhum cidadão passando fome em nosso território.

Finaliza-se este capítulo afirmando e levando em conta as muitas citações de autores estudiosos do tema, que a pobreza é uma realidade inconcebível em qualquer que seja a sociedade, pois torna vulnerável o ser humano, degradando-o em sua forma de viver e de se perceber. Não obstante, a pobreza é vista e deve ser vista como um fracasso, como uma incapacidade do Estado em detê-la.

⁹⁶ ActionAid é uma ONG de combate a pobreza reconhecida mundialmente. Ela atua em mais de 40 países, e a sua sede é em Joannesburgo / África “África é o coração da ActionAid”. Seu principal objetivo é o combate à pobreza e à defesa dos direitos humanos.